

Divulgação de agendas dos políticos divide opiniões de deputados

balho desportivo, a isenção de IVA nas doações a museus públicos e a alteração à lei dos baldios. No dia 21, chega ao plenário a proposta do Governo de organização do sistema judiciário e a dos partidos da esquerda sobre o mapa judiciário, a apreciação do Estatuto do Gestor Público, o passe social intermodal e o Andante. E no dia 23 os deputados discutem propostas sobre a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, a apreciação parlamentar do regime do IMI pedida pela direita, assim como as propostas da esquerda de congelamento ou pagamento faseado das propinas, a revogação do regime de requalificação dos funcionários públicos, e a isenção de IVA para as terapêuticas não convencionais.

Por enquanto, a mudança de

De Belém veio devolvido o diploma que alterava estatutos e bases de concessão da STCP e da Metro do Porto

sessão legislativa traz apenas duas substituições nas bancadas parlamentares: o bloquista Jorge Falcato – o primeiro deputado de cadeira de rodas – regressa, depois de uma intervenção cirúrgica, e o centrista Abel Baptista é substituído, a seu pedido, por Isilda Araújo Novo.

Muito para discutir

Nos próximos dias será tempo de retomar assuntos deixados em suspenso no final de Julho, quando o Parlamento fechou para férias, tanto nas comissões como em plenário. Um dos temas urgentes é o da eleição do novo presidente do Conselho Económico e Social, de

pois de o voto secreto ter ditado o chumbo do socialista Correia de Campos, nome concertado entre PS e PSD.

A comissão eventual para o reforço da transparência no exercício de cargos públicos e políticos vai retomar as audições – o seu prazo inicial estende-se até Dezembro, mas será de esperar um adiamento por pelo menos dois ou três meses. Outro tema com um pacote legislativo extenso é o dos paraísos fiscais, que será tratado num grupo de trabalho recém-criado. No grupo de trabalho dos direitos dos animais estão as propostas de criminalização do abandono de animais, assim como o Estatuto Jurídico dos Animais, em que os deputados estão muito perto de um consenso.

De Belém veio devolvido, em Julho, o diploma que alterava os estatutos e as bases de concessão da STCP e da Metro do Porto, na sequência da anulação, pelo actual Governo, da entrega destas empresas a privados. O Presidente da República não concordou com a proibição “taxativa” da participação de investidores privados nas transportadoras estatais, e criticou a “excessiva e censurável” intromissão do Parlamento e do Governo no poder da administração local.

Os deputados vão ainda debruçar-se sobre temas como a eutanásia, que promete um debate longo, a redução de alunos por turma, o alargamento da oferta pré-escolar, as propostas de alterações ao cartão de cidadão e à lei de segurança interna, a regulação do sector do táxi por causa de ofertas comerciais como a da Uber, a reposição de freguesias (ou a sua avaliação). Daqui a dois meses, a 10 de Novembro, em plena discussão do OE2017, a “geringonça” comemora um ano e, até lá, espera-se que PCP, BE e PEV ainda apresentem propostas de matérias dos acordos que ainda não foram concretizadas.

Lobbies Leonete Botelho

PS, PSD e CDS empenhados em regular o *lobbying*. Mas, no seminário sobre o tema, percebeu-se que “o diabo está nos detalhes”

O consenso sobre a regulamentação do *lobbying* ficou claro no seminário parlamentar que a Comissão Eventual para a Transparência no Exercício de Funções Públicas promoveu ontem na Assembleia da República. PSD, PS e CDS deixaram clara a vontade de avançar com a primeira lei para regular a actividade de representação de interesses legítimos junto dos decisores políticos, sejam deputados, membros do Governo e das administrações regionais e locais. Mas o modelo dessa regulação está longe de ser consensual. E “o diabo está nos detalhes”, alertou a investigadora Susana Coroado, da Transparência e Integridade Associação Cívica.

A primeira dificuldade é logo a definição de *lobbying*, porque dela depende quem deve ou não ter de inscrever-se no registo de transparência, fundamental para o exercício da actividade. Se é consensual que todos os profissionais da actividade devem ser ali inscritos, para poderem pedir reuniões aos decisores políticos e ficarem sujeitos ao respectivo código de conduta, as opiniões dividem-se sobre que outros profissionais devem ser abrangidos pela lei.

O caso Durão Barroso – que Juncker quer ver tratado como lobista nas instituições europeias – era um elefante no meio da sala. Mesmo quando questionados sobre o assunto por Gonçalo Boavida, da Universidade Nova de Lisboa, os intervenientes pouco ou nada disseram. Só Susana Coroado respondeu, dizendo que uma lei do *lobbying* não esclarece tudo, que será sempre preciso um



Matos Correia abriu e Fernando Negrão encerrou a conferência

código de conduta, tanto para os lobistas como para os decisores, e que é preciso mais ética, além das leis.

A resposta mais consensual sobre esta matéria foi dada indirectamente, com a defesa, por vários intervenientes, da divulgação pública das agendas dos decisores. É o que acontece na Comissão Europeia, em que os comissários são obrigados a registar contactos, pessoais ou escritos que tenham com quaisquer representantes de interesses, estejam ou não registados como lobistas.

Equidade

“O simples facto de se ter conhecimento desses contactos já é positivo”, afirmou Gonçalo Matias, assessor jurídico do Presidente da República, que já tinha defendido a regulação do *lobbying* como forma de “colocar os vários agentes o mais possível numa posição de igualdade”. “O presidente de uma grande empresa não tem dificuldade de aceder a um decisor público – e não há mal nenhum nisso –, mas um pequeno empresário ou uma pequena associação já não tem o mesmo acesso, embora o seu interesses seja tão legítimo como outro”, argumentou.

Marques Guedes, coordenador do PSD na comissão da Transparência, defendeu, em jeito de pergunta, que esses registos de reuniões só deveriam existir quando é o representante de um interesse que tem a iniciativa, mas já não quando é o decisor quem pede o encontro. Mas esta posição não foi acompanhada nem por Gonçalo Matias nem por Susana Coroado nem pela constitucionalista Maria Lúcia Amaral, ex-vice-presidente do Tribunal Constitucional, mesmo que esta seja contra uma “hiperregulação”. “O melhor instrumento é a divulgação de dados perante o público, tem de haver algum rasto. A transparência é a nossa Excalibur, a espada do rei Artur”, defendeu.

No painel seguinte, a resposta foi a mesma. Para os lobistas Henrique Burnay e Domingas Carvalhosa, assim como para Marie Thiel, da Unidade de Transparência do Parlamento Europeu, o mais importante é saber quem se reúne com quem sobre o quê. E isso já ajudará a esclarecer se alguns outros profissionais, como advogados, sindicatos ou associações empresariais, estão a fazer *lobbying* ou só a desempenhar outras funções que devem ficar fora deste radar.

PUBLICIDADE

DENZEL WASHINGTON CHRIS PRATT ETHAN HAWKE

OS SETE MAGNÍFICOS

22 SETEMBRO NOS CINEMAS

GANHA CONVITES COM O uni>ersia

sabe mais em www.universia.pt

uni>ersia